

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise
Jean de O. O poder da maçonaria.
A história de uma sociedade secreta
no Brasil. Rio de Janeiro: Nova
Fronteira, 2008, 259p.

Marcos José Diniz Silva*

Resenha recebida em 23 de setembro de 2009 e avaliada em 28 de outubro de 2009

“Este é um livro feito por historiadores não-maçons”. Estas são as primeiras palavras dos autores. A observação tem implicações em se tratando do tema maçonaria. A primeira delas é que, não pertencendo à instituição, os autores tiveram que tratá-la de fora, a partir dos vestígios da maçonaria no espaço público. Assim, procuram diferenciar seu trabalho das produções históricas dos maçons. A segunda ordem de implicação, é lugar historiográfico da obra, como parte de um crescente campo de pesquisa acadêmica no Brasil. Os autores são tributários desse despertar dos estudos históricos sobre a maçonaria no Brasil, que tem suas nascentes nos anos de 1990. A partir de então, o tema reapareceria na História do Brasil, não mais como parte dos grandes fatos da nação, próprios da história tradicional-oficial, desfilando vultos maçônicos na Independência, no Império, na Questão Religiosa e na Proclamação da República.

Superando o peso da autoridade do mestre Sérgio Buarque de Holanda, que sepultara a presença maçônica na história do Brasil, no final do século XIX, em nome do avanço do positivismo; os historiadores atuais¹ demonstraram não apenas a sobrevivência e capilaridade da participação maçônica na história contemporânea do Brasil, nos sécu-

* Professor de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC - Campus de Quixadá), da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

¹ Cf. HOLANDA, Sérgio B. de. Da Maçonaria ao Positivismo. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, t. II, v.5, 1972, p.289-305; AZEVEDO, Célia M. M. de. Maçonaria: História e Historiografia. In: *Revista USP*. São Paulo: n.32, 1996-97, p. 178-189; BARATA, Alexandre M. *Luzes e Sombras: a Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp; Centro de Memória da Unicamp, 1999; COLUSSI, Eliane L. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. EDIUPF, Passo Fundo: 1998.

los XIX e XX, como imprimiram novos olhares e perspectivas analíticas sobre um tema carregado de nuances, mitos, disputas e preconceitos. Desse modo, agregando contribuições dos novos historiadores, Marco Morel e Françoise Souza não apenas desenvolveram suas contribuições acadêmicas nesse campo como, agora, resolveram oferecer ao público brasileiro uma obra síntese da história da maçonaria no Brasil, tanto no aspecto documental quanto no analítico.

Merece destaque o equilíbrio que os autores imprimem ao trabalho, conjugando rigor informativo-analítico acadêmico mais atualizado, com narrativa acessível e agradável; portanto, palatável ao profissional historiador, como ao leitor comprometido com a cultura geral.

O livro está organizado em sete capítulos, “sem intenções cabalísticas”, dizem os autores. Iniciam com sugestivo prelúdio, entre histórico e ficcional, sobre as origens da primeira loja maçônica do Brasil. Seguem os capítulos: I – Origens: lendas e histórias; II – Primeiros passos; III – Independência: um espaço para a nação; IV – Crescimento e brigas no século XIX; V – Deus e o diabo na terra do sol: a Igreja e a maçonaria; VI – Na República, guardiã da ordem e VII – A maçonaria no Brasil contemporâneo.

Em linhas gerais, os capítulos de I a III tratam das origens da maçonaria mundial e no Brasil. Remontando, sucintamente, ao mito maçônico das origens, tão caro aos seus historiadores, os autores sinalizam para o valor vital dos mitos como pontes imaginárias entre passado e presente, construtores de sentido do nosso cotidiano. Assim, revisitam as tradições esotéricas antigas, as práticas dos pedreiros-livres das corporações medievais, o surgimento das primeiras lojas entre os séculos XVII e XVIII, a formação da Grande Loja de Londres, as perseguições da Igreja Católica, os mitos dos complôs e a satanização da maçonaria, a iniciação maçônica de nobres, monarcas, filósofos, estadistas, cientistas, revolucionários...

Apresentam o aspecto da sociabilidade maçônica, que no século XVIII se constituiu em verdadeira “escola de governo”; centro de debates e práticas liberais- democráticas em caráter privado e secreto, que representaram a sementeira da democracia representativa liberal e do constitucionalismo da política contemporânea.²

No tocante ao Brasil, os autores revisitam a polêmica de que Tiradentes era maçom e a Inconfidência Mineira era um projeto ma-

² AGULHON, Maurice. *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale*. 3 ed. Paris:Fayard, 1984; KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Tradução Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro:EDUERJ:Contraponto, 1999.

çônico de emancipação. Nessa esteira, o livro traz um “Box” sobre a questão: “Seriam maçons os profetas do Aleijadinho?” Passam à Bahia, onde os historiadores maçons preferem situar as origens da Ordem, no Brasil, no episódio da Conjuração Baiana (1798), através da Loja Cavalheiros da Luz. Todavia, os autores apoiam pesquisadores que desaconselham essa ligação.

Ainda nessa parte das origens, relatam as fundações das primeiras lojas, primeiro Grande Oriente, a maçonaria na Revolução de 1817, em Pernambuco, para, finalmente, dedicar um capítulo à Independência do Brasil. Esse acontecimento pode ser considerado o rito de passagem da maçonaria no Brasil, ou a iniciação dos pedreiros-livres nos mistérios da história do Brasil, como soa na recorrente narrativa maçônica. Neste ponto, os autores operam uma revisão historiográfica, demonstrando não apenas a presença ostensiva das “maçonarias” – isso mesmo, no plural –, suas contradições políticas verberadas por lideranças divergentes como José Bonifácio de Andrada e Gonçalves Ledo, a proliferação de lojas e de Grandes Orientes, a iniciação de D. Pedro e sua elevação meteórica ao grão-mestrado. Destacam, também, um personagem daquele acirrado movimento de independência, praticamente desconhecido na história, que foi Muniz Barreto. Diferindo dos confrades mais conservadores, Barreto, além de um dos maiores entusiastas da independência com D. Pedro, também foi pioneiro na luta contra a escravidão, preocupado com as populações de origem africana e com índios do Brasil.

Curiosamente, durante o Primeiro Reinado, as atividades maçônicas foram proibidas e reprimidas por D. Pedro I, produzindo a inflamada imprensa maçônica defensora da liberdade, do direito de crítica, onde se destacaram o cônego Januário da Cunha Barbosa, Gonçalves Ledo e frei Francisco de Sampaio que discutiam nas lojas maçônicas as linhas editoriais dos seus jornais. “*Não se pode esquecer, além disso, que ligando-se à imprensa, as maçonarias ampliavam seu raio de ação*” (p.114).

O desenrolar das atividades maçônicas, no Brasil, é acompanhado detalhadamente, também, no Período Regencial e no Segundo Reinado. Fugindo à tradicional inserção da maçonaria apenas em fatos marcantes, Morel & Souza esmiúçam as atividades maçônicas em diversas associações políticas, filantrópicas, educacionais, econômicas e irmandades, além das próprias lojas maçônicas que, dentre outras coisas, possibilitavam condições para a ascensão social de mulatos e descendentes de escravos que entravam para a Ordem, a despeito das interdições familiares, raciais...

O acirramento das divergências políticas regenciais também se manifestava nas maçonarias, como defendem os autores. Também, não é para menos. Somente no ano de 1831, a Corte registrou a existência de cinco Grandes Orientes, ou seja, centros de poder maçônicos que reunissem pelo menos três lojas.

Voltariam as divisões internas, com a nova cisão do Grande Oriente do Brasil, em 1863, originando o Grande Oriente do Vale dos Beneditinos, sob a liderança de Saldanha Marinho; e o Grande Oriente do Lavradio, liderado pelo Barão de Cairú e, depois, o Visconde do Rio Branco. Confrontavam-se, republicanos, abolicionistas e radicais contra os conservadores e defensores do apoliticismo maçônico, respectivamente. Além disso, na década de 1870, a maçonaria agregaria à sua história um elemento incômodo e inflamável: a oposição da hierarquia católica.

A Igreja Católica, em processo de romanização e obediente às condenações papais aos modernismos, resolve punir os sacerdotes católicos maçons. Esse episódio da Questão Religiosa insere-se no confronto entre a Igreja e a instituição do padroado. Porém, mais importante é notar que a presença de clérigos na maçonaria brasileira fora ostensiva, não causando nenhum mal estar, apesar das bulas condenatórias desde o século XVIII. Desenhava-se outro campo de confrontos, pois “[...] não se pode esquecer que a luta maçônica contra o conservadorismo católico acabou por ganhar a simpatia dos segmentos liberais da sociedade, o que atraiu muitos desses homens para a *iniciação*”. (p.160, grifo dos autores) Mas, ao menos nesses anos finais do Império, a maioria dos maçons não sentiria esse incômodo, pois estavam mais engajados nos movimentos abolicionista e republicano.

O terceiro conjunto de capítulos trata da maçonaria brasileira na República. A partir de então, segundo os autores, “*na república brasileira, a maçonaria tornou-se guardiã da ordem e do progresso*”. (p.179) Numa República nascida de forte inspiração positivista, secularizada, com o primeiro governo inteiramente de maçons, não dava para pensar diferente. Entretanto, Morel & Souza mostram os desafios que a sociedade brasileira passava a oferecer aos maçons: novas formas de pensamento (anarquismo, comunismo, integralismo, autoritarismo), novos grupos sociais e outras formas de sociabilidade, quebrando a aura de distinção desfrutada pelos membros da Ordem. Em suma, no século XX, a maçonaria mergulhava na diversidade política, ideológica e nos conflitos sociais.

O livro reforça a tese da persistência do prestígio e do poder político da maçonaria em toda a Primeira República, presente na histo-

riografia não-maçônica atual. Mas alertam para o risco de se imaginar a existência de uma “república maçônica”. Até porque esse era o argumento de seu adversário ostensivo, a Igreja Católica. A heterogeneidade e os conflitos internos não permitiram a construção de uma maçonaria monolítica, restando a inserção dos maçons, suas lojas e potências, nos meandros da política, no favoritismo, na oposição ou sustentação da política oligárquica, como demonstrada no Rio Grande do Sul.³

Também cuidam da atuação maçônica na Primeira Guerra Mundial; na Questão Social; o acirramento da oposição católica nos anos de 1920 e o mito do complô judaico-maçônico-comunista; e a nova onda autofágica no interior do GOB, fazendo surgir os Grandes Orientes Estaduais e as Grandes Lojas simbólicas estaduais.

Com a ditadura do Estado Novo, a maçonaria fica proibida de funcionar, embora se afirmando contrária ao comunismo e ao integralismo. Mas o liberalismo não interessava ao mandante do Catete. Ainda assim, vigiados pelo DOPS, os maçons reuniam-se sob disfarces de reuniões familiares, de negócios, aniversários... Após inúmeros requerimentos e negociações, e com a interveniência do maçom e coronel Viriato Vargas, irmão do ditador, a Ordem voltaria à legalidade, com a condição, aceita, de marchar “*de acordo com o governo da pátria*” (p. 217). Segundo os autores, a maçonaria não mais recuperaria sua proeminência política.

Nas décadas seguintes esforçam-se para tornar a Ordem conhecida no meio profano, dissipando as marcas negativas do passado, como na criação do Instituto Maçônico de Propaganda e Cultura. Destaca-se, a profusão historiográfica de lavra maçônica entre os anos de 1940 e 1960. Nomes como Nicola Aslan, José Castellani, Kurt Prober e Tenório Albuquerque, desenvolveram trabalhos históricos supervalorizando a participação da maçonaria na história nacional. Com isso, tal historiografia “*acabou por virar pelo avesso o mito do complô: “a maçonaria conspira todo tempo, mas, para o bem”*”. (p.224) Essas elaborações nacionalistas e patrióticas aproximaram cada vez mais os maçons do discurso conservador das Forças Armadas e da Doutrina de Segurança Nacional, no contexto da Guerra Fria.

O GOB reforçava o cuidado com a “infiltração comunista”, levando severidade às sindicâncias pré-iniciação. Com a ditadura militar, a partir 64, a maçonaria apresenta-se ao regime como instituição legítima para o diálogo democrático com a sociedade brasileira. Contribui

³ Cf. VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do padre Sório*. Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928). Santa Maria(RS): ditoraufsm; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

nessa relação o general Golbery do Couto e Silva, maçom e principal ideólogo do regime. Assim, a maçonaria, mais uma vez, não apenas invertia a tese do complô, como transmutava sua imagem de berço das revoluções para instituição conservadora e autoritária. Embora essa atitude “colaboracionista” do GOB tenha lhe custado outras novas cisões.

Por fim, o livro procura responder a questões como: Qual tem sido a marca da atuação maçônica no atual regime democrático? Onde estão e quantos são os maçons, hoje? Como estão as relações entre maçonaria e Igreja Católica?

Uma conclusão razoável, então, seria: mais que segredo e poder, a maçonaria tem mesmo é história.